
**Jornalismo Profissional:
instrumento de combate à desinformação na era da comunicação digital**

**Professional Journalism:
instrument to combat disinformation in the age of digital communication**

Igor CORDEIRO²¹

RESUMO

O artigo apresenta contribuições para a discussão sobre a importância do jornalismo profissional no combate à desinformação na era da comunicação digital. O trabalho se baseou na revisão de referenciais teóricos sobre o crescimento da produção, da circulação e do consumo de conteúdos fraudulentos, com roupagem noticiosa, impulsionados pelas mídias sociais e sobre a relevância do jornalismo para a vida pública nas sociedades democráticas.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo; mídias sociais digitais; desinformação; *fake news*.

ABSTRACT

The article presents contributions to the discussion on the importance of professional journalism in fighting against disinformation in the age of digital communication. The work was based on the review of theoretical references on the growth of production, circulation and consumption of fraudulent content disguised of news promoted by social media and on the relevance of journalism to public life in democratic societies.

KEYWORDS

Journalism; digital social media; disinformation; *fake news*.

²¹ Estudante do 6º semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduado em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e-mail: igorcrd@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Certamente, a Gutenberg²² não seria possível imaginar que sua maravilhosa engenhoca, no já longínquo século XV, seria responsável por deflagrar uma das maiores revoluções da história da comunicação humana. Desde o advento da impressão por tipos móveis, responsável pela difusão da prática da leitura na Europa, nunca se produziu e consumiu tamanha quantidade de informação tal como no mundo contemporâneo, marcado pela influência das mídias digitais.

Em grande medida, isso foi impulsionado pela ampliação da infraestrutura de conexão à rede mundial de computadores, a partir da década de 1990, o que contribuiu decisivamente para cujas pessoas situadas nas áreas mais remotas do planeta passassem a ter acesso à internet e à extensa quantidade e variedade de serviços e recursos disponíveis na *web*. Ainda mais importante do que isso, essa revolução da tecnologia da informação e da comunicação conseguiu superar alguns dos óbices impostos por limitações espaciais e temporais, de modo a permitir que os usuários do serviço possam interagir remotamente de forma mais dinâmica e célere como nunca observado antes em toda a história da comunicação humana.

Todo esse desenvolvimento proporcionado pelas novas tecnologias digitais de informação e comunicação, assim como pela melhoria da infraestrutura de conexão, com a invenção das redes 3G, 4G, 5G, Bluetooth, Wi-Fi etc., incrementado ainda pelo processo de convergência midiática em curso, fez crescer significativamente não apenas a demanda por informação, mas também sua produção e circulação. Essa conjuntura foi decisiva para o surgimento, a otimização e a multiplicação de diferentes formatos de mídias digitais, que passaram a usufruir de tais possibilidades tecnológicas para desbravar formas inovadoras, dinâmicas e mais acessíveis de produzir e compartilhar conteúdos, o que expandiu significativamente as possibilidades comunicativas da sociedade.

O ciberespaço contemporâneo forjou as condições necessárias à emergência de novas formas de produção, distribuição e consumo de conteúdo informacional, possibilitadas pelo advento de dispositivos móveis e multifuncionais, como os *smartphones*, e pelo desenvolvimento da *web*, que foram as tecnologias que mais se expandiram recentemente

²² Johannes Gutenberg (Mainz, 1400 - Mainz, 3 de fevereiro de 1468) foi um dos precursores da invenção da prensa mecânica de tipos móveis na Europa, que revolucionou a técnica de impressão no século XV.

(SILVA, 2015, p. 19). Na atualidade, é permitido a qualquer pessoa, que disponha de condições materiais mínimas de viver dignamente, produzir e difundir conteúdo autoral e explorar a riqueza da linguagem multimidiática mediante o uso de tecnologias cada vez mais acessíveis.

Esse fenômeno da cibercultura tem indicado tacitamente a quebra do monopólio da enunciação, outrora, uma prerrogativa quase que privativa da mídia tradicional e corporativa que marcou o século XX, e isso vem promovendo a reconfiguração das práticas comunicacionais na sociedade contemporânea. Com isso surgiram então diversas e diferentes formas de produzir, compartilhar e consumir conteúdo à revelia dos meios de comunicação de massa ou da “grande mídia”, como preferem seus críticos mais radicais.

Isso instaurou um fluxo de comunicação paralelo e independente da relação institucional e verticalizada que caracteriza os grandes veículos midiáticos e sua audiência, na qual as principais iniciativas de emissão são irradiadas dos espaços de poder da sociedade. Não se pretende com isso incorrer em equívocos teórico-conceituais, alguns inclusive já superados, que, nos primórdios das pesquisas, preconizavam a passividade do polo receptor ante o poderio do emissor.²³ Entretanto, é importante reconhecer a assimetria que caracteriza esse tipo de relação, visto que as partes envolvidas não dispõem das mesmas possibilidades comunicacionais, ao contrário do que ocorre com as novas plataformas midiáticas digitais.

1. MÍDIAS SOCIAIS E O PARADOXO DA DESINFORMAÇÃO

No mundo contemporâneo, a mídia tem se tornado cada vez mais social à medida que seus usos são apropriados e assimilados pela sociedade. Isso se torna ainda mais evidente no panorama da mídia em transformação no decorrer do tempo. Os meios de comunicação que marcaram o século XX e foram os pilares da famigerada “cultura de massa”, dentre os quais está a imprensa, definiram um fluxo de comunicação institucional e verticalizado que se propagava de um ente emissor para muitos. As mídias sociais digitais, por sua vez, tornaram

²³ Elaborada durante o período das duas guerras mundiais, a Teoria Hipodérmica, também conhecida como Teoria da Bala Mágica, é um modelo teórico da Comunicação que defendia a relação direta entre os estímulos dos meios de comunicação de massa e o comportamento dos receptores. Acreditava-se que, se as mensagens chegassem aos indivíduos que compõem a massa, eles poderiam ser manipulados e levados a agir conforme os interesses do emissor. Ver WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

possível um padrão de comunicação intercambiável de muitos para muitos, e que tem a internet como principal meio condutor para o qual os demais formatos midiáticos tendem a convergir.

Se outrora o conteúdo midiático disponível era produzido quase que exclusivamente por organizações e profissionais da comunicação, na atualidade, ele também é realizado pelos próprios usuários das novas mídias sociais digitais. Ao estudar esse fenômeno da cibercultura, André Lemos (2003, p. 22) o caracterizou como a liberação do polo da emissão:

As diversas manifestações socioculturais contemporâneas mostram que o que está em jogo como o excesso de informação nada mais é do que a emergência de vozes e discursos anteriormente reprimidos pela edição da informação pelos *mass media*. A liberação do pólo da emissão está presente nas novas formas de relacionamento social, de disponibilização da informação e na opinião e movimentação social da rede. Assim chats, weblogs, sites, listas, novas modalidades midiáticas, e-mails, comunidades virtuais, entre outras formas sociais podem ser compreendidas por essa segunda lei [da Cibercultura].

À medida que essas novas plataformas midiáticas foram se popularizando e conquistando seu espaço na sociedade, graças ao conjunto de potencialidades oferecidas pelas novas tecnologias digitais, que permitiram o relaxamento do controle da emissão, meios de comunicação de massa tradicionais como a imprensa passaram a ser cada vez mais tencionados por desafios de ordem comercial e profissional ante a ascensão de novas fontes que também postulam ocupar seu espaço como produtoras de conteúdo, noticioso ou não.

De acordo com Traquina (2005a, p. 119), o final do século XX foi um período marcado por um movimento crescente de críticas ao jornalismo e aos meios de comunicação de massa, em razão do sensacionalismo e da trivialidade com que a informação era abordada, de condutas invasivas que desrespeitam a privacidade e visam à exploração de escândalos e de demais questões sensíveis de natureza ético-profissional. “A procura ‘no lixo’ deu lugar à procura ‘do lixo’ e, principalmente, do ‘lixo privado’, como aconteceu com a ampla cobertura que mereceu o caso Clinton-Lewinski, entre 1997 e 1998, mesmo na imprensa ‘séria’ e ‘de qualidade’.” (SOUSA, 2008, p. 192).

Conforme essas críticas foram se tornando mais incisivas, a posição institucional historicamente conquistada e ocupada pelo jornalismo profissional de legítimo produtor de relatos fidedignos sobre a realidade passou a ser contestada, principalmente com o surgimento

de novas plataformas de mídias sociodigitais que também concorrem para a produção e o compartilhamento de conteúdo e que passaram a reivindicar e disputar espaço nesse ambiente contemporâneo descentralizado de comunicação. Em razão disso, questionamentos sobre a legitimidade da instituição do jornalismo têm ganhado força nos últimos anos.

Durante o processo de transição do impresso para o digital ainda em curso, o jornalismo parece estar tateando no escuro ou aprendendo a como lidar com esse novo ambiente movido da comunicação. À medida que a materialidade do papel é substituída pela praticidade dos dados visualizados nas telas dos dispositivos móveis, vai sendo minada a confiança do público nas notícias, as quais lhes tem parecido cada vez mais passíveis de desconfiança. Conforme argumenta Santaella (2018), a partir da emergência da internet, da cultura digital e das redes sociais, tornaram-se possíveis novas formas de publicação, compartilhamento e consumo de informação e notícias que pouco se sujeitam a deveres, princípios, normas profissionais e padrões editoriais.

As notícias procedem das mais variadas e múltiplas fontes e, muitas vezes por falta de compreensão dos modos pelos quais as redes funcionam, ou por confusão diante do acúmulo de informações, torna-se mais difícil saber se as estórias ou as notícias são confiáveis ou não. (SANTAELLA, 2018).

Paralelamente a isso, as novas tecnologias digitais têm tornado a comunicação midiática mais dinâmica e participativa, embaralhando as posições historicamente reservadas aos polos da emissão e da recepção, de modo que hoje o público que faz uso das mídias sociais percebe que sua participação interativa também é relevante para os desdobramentos dos processos comunicacionais na sociedade contemporânea.

Isso pode ser observado nos diversos exemplos mundo afora de pessoas que são proprietárias de perfis nas redes sociais que, em casos de maior sucesso, são capazes de alcançar milhões de seguidores. *YouTube, Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp, TikTok*, entre outras, transformaram-se em plataformas populares de alta capilaridade e acessíveis aos mais diversos segmentos sociais, independentemente de fatores como alteridades culturais, disparidades socioeconômicas ou posicionamentos político-ideológicos. Isso faz com que o usuário comum das mídias sociais se sinta empoderado, uma vez que, além de um mero

espectador, ele também pode vir a ser um potencial protagonista no ambiente comunicacional contemporâneo.

Esse novo panorama da comunicação midiática digital, entretanto, não ocorre sem produzir seus efeitos adversos, provocados pela profusão de vozes que ecoam causando a dissonância típica do ambiente digital, por onde circula livremente todo tipo de conteúdo: de informação a entretenimento, mas também bastante desinformação. Se por um lado, as tecnologias digitais tornaram a comunicação mais dinâmica e participativa, por outro, potencializaram a produção e o espalhamento de todo tipo de material fraudulento. Não por acaso, expressões como “pós-verdade”, “fatos alternativos”, “narrativa”, “*fake news*”, entre outras, têm se popularizado nos últimos anos.

Ainda que o termo *fake news*, traduzido para o português como “notícia falsa”, revele uma contradição intrínseca, já que, por princípio, a notícia jornalística sempre deve ter a busca da verdade como premissa básica, isso não muda o fato de que muito material tendencioso, deturpado ou integralmente fraudulento tem sido massivamente compartilhado mediante o uso de tecnologias digitais e com roupagem noticiosa, com o propósito de causar dúvida, confundir, persuadir ou dissuadir o público. Contudo, no jornalismo “Não há notícia sobre a qual não se imponha legitimamente uma obrigação de veracidade; aliás, só é notícia um ato verbal que comporte uma pretensão de ser verdadeiro” (GOMES, 2009, p. 11).

Gomes e Dourado (2019, p. 36) destacam uma particularidade reveladora a respeito dos motivos ensejadores dessa complexa relação opositiva entre jornalismo e *fake news*:

Com esta expressão se põe, ademais, ênfase considerável no fato de que não se trata de quaisquer narrativas factuais, mas de relatos jornalísticos, de histórias do noticiário. Com isso, se implica, aqui, a autoridade e a credibilidade da instituição do jornalismo e dos seus processos de produção de relatos autorizados e dotados de credibilidade sobre os fatos da realidade. Não são quaisquer relatos falsos, mas contrafações do próprio jornalismo. E isso não apenas porque o jornalismo, reconhecidamente, é uma atividade e uma instituição essencialmente vinculada à produção de relatos factuais. Outras instituições, como a ciência, também o são. Trata-se, então, principalmente, do fato de que o jornalismo é considerado como o lugar por antonomásia das narrativas factuais sobre a atualidade, sobre o que está acontecendo no mundo, particularmente, no mundo político, neste momento.

No que diz respeito à produção de narrativas fatuais, é interessante notar que expectativas subjetivas e crenças pessoais, às vezes orientadas por forte apelo emotivo, têm potencial de interferir na busca da verdade desejada. Haja vista que, ainda hoje, algumas pessoas preferem crer na planura da superfície da Terra, embora haja farta comprovação científica de que o planeta tem formato geoide. A diferença, no entanto, é que esses tipos de discursos foram potencializados e ganharam maior repercussão com o advento das mídias sociais digitais, que permitiu a participação do público em todas as etapas do processo comunicacional, inclusive de forma autoral e livre de quaisquer responsabilidades.

O imbróglio está para além do debate moral sobre verdades e falsidades, mesmo porque o conceito de verdade pode ser interpretado de diferentes formas, inclusive de acordo com a perspectiva filosófica adotada. Para Nietzsche (1984, p.53), por exemplo, a verdade pode ser compreendida como uma convenção que se estabeleceu por uma necessidade social. Afinal, para alguns, o Brasil sofreu um golpe de estado em 1964, seguido de um longo período de ditadura militar. Outros, no entanto, preferem crer que a “Revolução Militar de 1964” foi um importante movimento político que salvou o país da iminente ameaça comunista. Neste caso, portanto, a necessidade da veracidade pode suscitar a sua crença.

Entretanto, uma coisa é crer e defender publicamente divagações a respeito do terraplanismo ou posicionamentos políticos sobre a suposta “Revolução Militar de 1964” no Brasil. Esses são debates relativamente inócuos e até mesmo jocosos, cujos efeitos imediatos na vida pública são limitados. Mero diversionismo na maioria das vezes.

A situação pode se tornar problemática, no entanto, quando discursos pretensamente *outsiders* ganham repercussão a ponto de produzir efeitos e provocar crises de autoridade capazes de tumultuar ou ameaçar a ordem social estabelecida, por exemplo, quando a população é exortada a se voltar contra o processo eleitoral de um país sem nenhuma justificativa plausível ou quando se tenta sabotar políticas públicas de saúde propagando desinformação. Tudo isso visando, em última instância, arregimentar a maior quantidade possível de seguidores.

Em alguns casos, a espetacularização do negacionismo baseado em falsas narrativas tem sido levada ao paroxismo nas redes sociais, motivada pelas amplas possibilidades de monetização geradas por cliques e visualizações. Por característica, essas condutas normalmente se manifestam sob a forma de performances histriônicas, agressivas e repletas de

bravatas, as quais evidenciam a lógica de produção reiterada de espetáculos baseados na controvérsia, que buscam atrair a atenção de uma audiência com motivação partidária. É em tais circunstâncias que verdades e mentiras, informação e desinformação tendem a ser reproduzidas de forma indiscriminada e fora de contexto nessa Era da Contrafação Informacional (GOMES; DOURADO, 2019, p. 44).

Mas é exatamente em períodos contraditórios como os vivenciados no segundo decênio do século XXI, quando a desinformação impulsionada pelas tecnologias digitais e patrocinada por governos e instituições que deveriam prezar pela defesa da verdade se dissemina vertiginosamente, que o jornalismo profissional é instado a reafirmar a sua relevância como uma instituição imprescindível para a vida pública nas sociedades democráticas.

2. JORNALISMO, LEGITIMIDADE E INTERESSE PÚBLICO

O jornalismo profissional, enquanto tradicional instituição dotada de credibilidade para produzir relatos sobre os fatos da realidade, não se fez subitamente de um dia para o outro. Ao contrário, ele tem raízes históricas. É o resultado de um longo processo de conquista de legitimidade até se tornar um bem necessário à vida social contemporânea.

Embora o advento da técnica de impressão que deu origem à indústria jornalística tenha acontecido a partir do Renascimento, o desenvolvimento e a expansão da imprensa como veículo de massa ocorrem no contexto da modernidade do século XIX, em meio à efervescência política e econômica que marcou a ascensão da sociedade industrial. “O jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas tem suas raízes no século XIX. Foi durante o século XIX que se verificou o desenvolvimento do primeiro “*mass media*”, a imprensa.” (TRAQUINA, 2005b, p. 33).

É precisamente nessa época, cuja característica fundamental é a emergência do paradigma da racionalidade, que a humanidade, guiada pela objetividade do método científico e pela ideia de progresso, novamente assume o protagonismo de sua própria existência, depois de séculos de sujeição aos desígnios da natureza manifestados sob a forma de crenças em monstros marinhos, bruxas, misticismo, fenômenos sobrenaturais, etc. Trata-se de um processo

que foi sendo gestado por um longo tempo, atravessando o Renascimento e alcançando sua plenitude a partir do limiar do século XIX.

Para Max Weber (2013, p. 30-31), a modernidade se caracteriza pela racionalização, pela intelectualização e, sobretudo, pelo “desencantamento do mundo”. Esse racionalismo permeou as esferas da política e da economia, dando origem à burocratização da vida social moderna e desvelou as interpretações religiosas e mágicas do mundo:

A intelectualização e a racionalização crescentes não equivalem, portanto, a um conhecimento geral crescente acerca das condições em que vivemos. Significam, antes, que sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, *poderíamos, bastando que o quiséssemos*, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira com o curso de nossa vida; em uma palavra, que podemos *dominar* tudo, por meio da *previsão*. Equivale isso a despojar de magia o mundo. Para nós não mais se trata, como para o selvagem que acredita na existência daqueles poderes, de apelar a meios mágicos para dominar os espíritos ou exorcizá-los, mas de recorrer à técnica e à previsão. Tal é a significação essencial da intelectualização.

Esse processo de racionalização da vida foi a expressão do desejo do homem de dominar o mundo, especialmente, por intermédio da ciência e do uso da técnica. Sob o ponto de vista filosófico, é quando a humanidade toma consciência da existência da ordem e de como ela pode ser utilizada para organizar e administrar a sociedade moderna. Esses ideais serviram como referência para o espírito de toda uma época e também foram determinantes para a expansão da imprensa, haja vista que “O surgimento deste novo jornalismo não ocorre de forma isolada e divorciada no contexto social e intelectual.” (TRAQUINA, 2005a, p. 51).

O campo jornalístico, portanto, começa efetivamente a adquirir corpo histórico nas sociedades ocidentais durante a modernidade do século XIX, conforme a industrialização, a urbanização dos grandes centros e o desenvolvimento da tecnologia vão promovendo a consolidação do modo de produção capitalista. Nas palavras de Sousa (2008, p. 109):

A legislação liberal, a abolição de taxas, as inovações tecnológicas trazidas pela Revolução Industrial, a consolidação da economia de mercado, a urbanização, a ascensão da classe média urbana e a modernização social (urbanização, alfabetização, intervenção cívica, partidos políticos, direito de voto, etc.) consubstanciaram-se como os factores por trás do desenvolvimento que o jornalismo conheceu no século XIX.

Nessa época de grandes transformações, o novo jornalismo foi sendo moldado de acordo com o propósito maior de priorizar a produção de notícias objetivas baseadas em fatos em detrimento de propaganda política sustentada por opiniões e, desta forma, reivindicava assumir a função social de porta-voz dos assuntos de interesse público.

Outro fator preponderante para a afirmação da legitimidade do jornalismo foi a defesa do discurso de luta pela liberdade, caracterizado pela oposição às formas de governo antidemocráticas e autoritárias. A propósito disso, Traquina (2005a) argumenta que a afirmação da legitimidade do jornalismo encontra guarida na teoria democrática do Estado, tendo por base uma relação de antagonismo ao poder político. Conforme o autor:

Com a legitimidade da teoria democrática, os jornalistas podiam salientar o seu duplo papel: como porta-vozes da opinião-pública, dando expressão às diferentes vozes no interior da sociedade que deveriam ser tidas em conta pelos governos, e como vigilantes do poder político que protege os cidadãos contra os abusos (históricos) dos governantes (TRAQUINA, 2005a, p. 47-48).

Essa identificação com a teoria democrática foi imprescindível para que o jornalismo fosse reconhecido como um serviço público necessário à sociedade e ao funcionamento do próprio Estado moderno, na medida em que suas funções ajudam a combater eventuais arbitrariedades e transgressões cometidas nos círculos de poder governamental que representem potencial ameaça ao interesse público. Essa obrigação moral, portanto, fundamenta o discurso de legitimação do jornalismo, o qual, segundo Gomes (2009, p. 70), baseia-se na “ideia de que aquilo que for do interesse e da concernência da cidadania será objeto eminente do serviço que o jornalismo presta à sociedade.”

Todo esse processo ajuda a melhor compreender a história de legitimação social da imprensa como uma instituição importante da esfera pública, fundamental para a formação do Estado moderno, bem como para o amadurecimento dos regimes democráticos, pois, ao conferir à notícia um valor institucional, o jornalismo fomenta o debate e a formação de um espírito público com vocação para os acontecimentos da vida gregária que se constituía na era moderna.

Conforme observa Traquina (2005b, p. 34), sob a influência dos ideais vigentes à época, este novo paradigma consagrou características e princípios basilares como notícia, objetividade, noção de serviço público, independência, busca da verdade, os quais ainda hoje orientam e distinguem a atividade jornalística profissional.

As diferentes modalidades de “jornalismo amador” praticadas principalmente nas redes digitais, graças à evolução das tecnologias de informação e comunicação, naturalmente carecem de formação técnica especializada, de recursos econômicos e de infraestrutura que lhes permita produzir conteúdo jornalístico profissional com a qualidade que se espera desta profissão. Não por acaso, o fenômeno das *fake news* se tornou um problema que repercute em escala global, com potencial de desestabilizar regimes democráticos.

Daí a razão da essencialidade do jornalismo profissional e das funções sociais que ele tem a cumprir, baseando-se em princípios éticos e técnicos de apuração de fatos e de redação, para fazer contraponto ao crescente volume de desinformação circulante nas redes sociais. Portanto, sendo a notícia o produto final, eis então a necessidade de dar-lhe um tratamento que preze sempre pela busca de relatos fidedignos dos acontecimentos de interesse público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a queda nas vendas, o enfraquecimento da credibilidade e a migração da audiência para outras mídias possam enganosamente sugerir a decadência da atividade jornalística, ainda assim, não se deve negligenciar que o jornalismo é um campo arraigado na vida social e investido de uma legitimidade institucional construída historicamente.

Ademais, à medida que as sociedades vão se tornando mais complexas, é natural que surjam novos veículos aptos a participar dos processos comunicacionais, no entanto, isso não implica necessariamente a falência ou a extinção do campo jornalístico.

Ao analisar a estrutura da comunicação midiática digital no ciberespaço, Lévy (1999, p. 188) levanta questionamentos sobre a necessidade do trabalho dos jornalistas para manter o público atualizado em uma realidade de ampla possibilidade de acesso à internet e de participação de todos, a qual permite que as pessoas busquem as informações de seu interesse, prescindindo de intermediários no dilúvio informacional do ciberespaço.

Ao contrário do que defende o autor, entretanto, o contexto comunicacional contemporâneo permite interpretações diversas. Uma instituição arraigada na vida social não desaparece repentinamente. Por isso, quanto maior o volume de conteúdos produzidos e compartilhados, inclusive *fake news*, ainda mais árduo e necessário será o trabalho de profissionais dotados de conhecimento e competência técnica para separar o joio do trigo.

Não por acaso, diversos serviços de monitoramento e checagem de conteúdos duvidosos foram criados por veículos de imprensa nos últimos anos, a exemplo de “Estadão Verifica”, do jornal *O Estado de S. Paulo*; “Fato ou Fake”, do *Grupo Globo*; “Holofote”, do jornal *Correio Brasiliense*, os independentes “Aos Fatos” e “Lupa”, entre outros, cujo objetivo é combater o espalhamento da desinformação na internet.

Iniciativas como essas são importantes porque o jornalismo profissional produz um efeito de ancoragem em relação à realidade, visto que ajuda a construir uma representação dos principais acontecimentos que estruturam a esfera pública. Sentir-se informado reforça a experiência de pertencimento à sociedade, pois reduz a sensação de estar à deriva e em estado de isolamento. O consumo cotidiano de informações é um meio de se inserir em um contexto histórico, econômico, político e cultural (CHRISTOFOLETTI, 2019, p. 12).

Análises apocalípticas sobre o jornalismo, talvez, sejam motivadas pelo fato de este campo profissional estar historicamente identificado com o seu suporte impresso, que obviamente está em vias de desaparecer com o aprofundamento da era da comunicação digital e a irreversível redução das tiragens dos jornais. A essência do trabalho jornalístico, no entanto, consiste em um conjunto de competências baseadas em técnicas de apuração, seleção, hierarquização e de difusão dos acontecimentos mais relevantes da atualidade para levá-los ao conhecimento do público sob a forma de notícias.

Portanto, é possível concluir que, quanto maior o acesso às redes digitais e a participação do público nesse ambiente, tanto maior será o dilúvio informacional produzido no ciberespaço. Embora isso possa sugerir maior liberdade de informação, livre de qualquer controle hierárquico, poucas pessoas estariam capacitadas e dispostas a investir diariamente tempo e esforço para selecionar, avaliar, organizar, priorizar e difundir as informações mais relevantes para o interesse público. Por isso o exercício dessa competência técnica especializada, à semelhança de uma curadoria da informação noticiosa, revela-se extremamente necessária ao

funcionamento das sociedades democráticas e torna o jornalismo profissional cada vez mais imprescindível ao combate à desinformação na era da comunicação digital contemporânea.

REFERÊNCIAS

CHRISTOFOLETTI, R.. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

GOMES, W. S.. **Jornalismo, fatos e interesses: Ensaio de teoria do jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2009.

GOMES, W.; DOURADO, T. M. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p33>. Acesso em: 27 maio 2022.

LEMOS, A. Cibercultura. Alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, A; CUNHA, P. (Orgs.). **Olhares sobre a Cibercultura.** Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 11-23.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

NIETZSCHE, F. W. **O livro do filósofo.** Tradução: Ana Lobo. Porto: Rés, 1984.

SANTAELLA, L. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

SILVA, Fernando Firmino da. **Jornalismo móvel.** Salvador: EDUFBA, 2015.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente.** 2008. Biblioteca online de Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>. Acesso em: 27 maio 2022.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2005a.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular, 2005b.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações.** Tradução: Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2013.